

Impunidade desafia combate à violência contra mulher no Brasil

Jefferson Puff

Da BBC Brasil, em São Paulo

Atualizado em 25 de novembro, 2012 - 10:22 (Brasília) 12:22 GMT



Manifestantes mostram apoio à Lei Maria da Penha em Brasília

Seis anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, o Brasil tem demonstrado esforços no combate à violência contra a mulher, e o número de denúncias vem aumentando, mas a maioria ainda esbarra em um velho obstáculo que beneficia os agressores: a impunidade.

A legislação que foi sancionada em 2006 é considerada modelo internacionalmente e leva o nome da ativista cearense que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido, que a espancou por mais de dez anos.

O serviço Ligue 180, criado na mesma época da promulgação da lei, recebeu quase 3 milhões de ligações nos últimos seis anos, sendo 330 mil denúncias de violência, algo interpretado por especialistas como um sinal de que cada vez mais mulheres vêm utilizando este canal em busca por justiça.

Mas analistas avaliam que, na prática, o que impede o avanço do país rumo à eliminação da violência contra a mulher é o Judiciário, que ainda processa os casos com muita lentidão. Além disso, muitos juízes ainda tratam a questão com preconceito e machismo, primando por tentativas de conciliação mesmo diante das evidências de abusos, dizem pesquisadores da área.

Também há indícios de uma morosidade do governo nas esferas municipal, estadual e federal em agilizar a estruturação da rede de atendimento à mulher prevista pela lei.

Mais violência

Enquanto isso, estatísticas recentes mostram uma tendência de aumento

Notícias relacionadas

'Violência contra mulher está em todas classes', diz Maria da Penha
02:25

Comissão vê persistência em discriminação contra mulher

Inglaterra cria leis que punem assédio com até 5 anos de prisão

Tópicos relacionados

Brasil

Vídeos

1 2 3 4 5 6 7 8 9



Principais Notícias

Excesso de senhas provoca irritação e 'fadiga' em usuários 06:13 Brasília

Em caso polêmico, casal perde guarda de crianças por filiação partidária 11:38 Brasília

Partido nacionalista vence eleição na Catalunha, mas perde apoio 21:31 Brasília

Destques & Análises



Documentário conta história da Democracia Corinthiana

Com entrevistas de Sócrates e Lula, entre outras, filme tenta desvendar os bastidores do período em que jogadores decidiam rumos do futebol no clube.

Democracia Corinthiana mudou carreira de Sócrates



Sectarismo perigoso

Aposta política do presidente do Egito pode gerar luta sectária.



Violência contra a mulher

Impunidade desafia combate à violência crescente contra mulher no Brasil.



BBC Brasil em seu celular

Saiba como acessar reportagens, vídeos, colunas e análises da BBC Brasil no seu celular.

Mais Populares

Texto

da violência.

Segundo um levantamento do Instituto Sangari, baseado em dados obtidos de certidões de óbito e da Organização Mundial de Saúde (OMS, ligada à ONU), o Brasil acumulou mais de 90 mil mortes de mulheres vítimas de agressão nos últimos 30 anos.

Em 1980 eram 1.353 assassinatos deste tipo por ano, e em 2010 a cifra saltou para 4.297. Além disso, o Brasil fica em 7º lugar no ranking dos países com mais mortes de mulheres vítimas de agressão.

Algo que Eleonora Menicucci, ministra chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão do governo federal, classifica como "lamentável".

"É realmente lamentável que o Brasil ainda esteja na 7ª posição neste ranking. Eu gostaria que a gente nem aparecesse, mas creio que todas as nossas políticas públicas impactam este cenário e que estamos no caminho certo", disse em entrevista à BBC Brasil.

Impunidade

Para Wania Pasinato, socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, as estatísticas soam como um alerta de que a lei não está sendo aplicada como deveria e que o país falha em não reduzir mais o sofrimento e as mortes de milhares de brasileiras.

"A gente diz o tempo todo para essas mulheres denunciarem a violência, mas nada é feito. O Estado não reage à essa denúncia, ou se reage, fica apenas no papel. Essa ineficiência cria um cenário de impunidade muito perverso", diz.

Já a ministra Eleonora Menicucci argumenta que na visão do governo federal o combate à impunidade é importante e configura a segunda etapa do esforço para conter a violência.

Mas ela admite que é "ponto pacífico" que existe uma "morosidade enorme nos processos".

Na metade deste ano a SPM lançou a campanha "Compromisso e Atitude no Enfrentamento à Impunidade e à Violência contra às Mulheres", focando no Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça.

"Temos duas frentes: mudar a mentalidade da sociedade e do Judiciário. São os juízes que vão dar velocidade aos processos e audiências", explica, acrescentando que "o Brasil é um país muito grande, as culturas e os procedimentos são muito diferentes".

Ela destaca, no entanto, que entre julho de 2010 e dezembro de 2011 em todo o país foram realizadas 26.410 prisões de agressores, 4.146 detenções preventivas e que mais de 685.905 processos de agressão contra mulheres estão tramitando em cortes brasileiras.

O Observatório Lei Maria da Penha, ligado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que monitora a aplicação da lei em todo o Brasil, diz que ainda há muito machismo e preconceito entre delegados e juízes, que

Taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres), em 2010

1. Espírito Santo - 9,4
2. Alagoas - 8,3
3. Paraná - 6,3
4. Paraíba - 6,0
5. Mato Grosso do Sul - 6,0
6. Pará - 6,0
7. Distrito Federal - 5,8
8. Bahia - 5,6
9. Mato Grosso - 5,5
10. Pernambuco - 5,4
11. Tocantins - 5,1
12. Goiás - 5,1
13. Roraima - 5,0
14. Rondônia - 4,8
15. Amapá - 4,8
16. Acre - 4,7
17. Sergipe - 4,2
18. Rio Grande do Sul - 4,1
19. Minas Gerais - 3,9
20. Rio Grande do Norte - 3,8
21. Ceará - 3,7
22. Amazonas - 3,7
23. Santa Catarina - 3,6
24. Maranhão - 3,4
25. Rio de Janeiro - 3,2
26. São Paulo - 3,1
27. Piauí - 2,6

Fonte: Instituto Sangari

Excesso de senhas provoca irritação e 'fadiga' em usuários	1
As cinco piores dietas 'da moda', segundo Associação Die...	2
Fumo 'apodrece' cérebro, diz estudo britânico	3
Pássaro gigante pré-histórico era 'dócil herbívoro', diz...	4
Jornalista lembra drama de colega palestino que perdeu b...	5

Vídeo

▶ 'Violencia contra mulher esta em todas classes', diz Mar...	1
▶ Último ninja do Japão revela técnica milenar 'letal' que...	2
▶ Proposta de criação de santuário de baleias é rejeitada	3
▶ Doença que causa deformidades em fetos atinge ovelhas na...	4
▶ Conheça o apartamento 'mais caro' do mundo	5

BBC Brasil na internet

	BBC Brasil no Facebook	CURTIR
	BBC Brasil no Twitter	SEGUIR
	BBC Brasil no YouTube	JUNTE-SE

tendem a classificar a violência contra a mulher como um assunto de foro íntimo, relegado a um segundo plano diante de outras questões.

"Há casos de mulheres que denunciam o agressor e esperam mais de seis meses por uma audiência, e o juiz ainda tende a ignorar a gravidade da denúncia e primar pela conciliação e a retirada da queixa. Sobretudo no Nordeste, vemos até o assédio de policiais contra as mulheres no momento da denúncia, quando elas estão fragilizadas", diz Márcia Tavares, uma das pesquisadoras do grupo.

Wania Pasinato acredita que o Judiciário brasileiro simplesmente não está preparado para aplicar uma legislação de proteção à mulher.

"Eles veem apenas a dimensão criminal. O posicionamento de juízes e da segurança pública precisa ser modernizado. É necessário haver mais esforço, o que não está acontecendo. Muitos magistrados desconhecem totalmente a lei".

Estrutura

Um dos aspectos mais elogiados da lei Maria da Penha é o fato de que a legislação vê a violência contra a mulher não só como um problema criminal mas também social.

E para agir com mais eficiência rumo à uma transformação real da cultura de dominação machista e agressão, o texto da lei prevê a criação de uma rede de atendimento composta por diversas esferas, entre elas juizados especiais e abrigos onde as mulheres podem ficar seguras após fazer denúncias.



Ministra Eleonora Menicucci admite que rede de proteção à mulher ainda é insuficiente

Mas até mesmo a SPM reconhece que essa estrutura ainda está muito aquém do necessário.

"É realmente verdade, infelizmente. A rede de proteção e as delegacias especiais são estaduais, já as casas-abrigo são municipais. Estamos propondo que os juizados sejam regionais, para melhorar essa estrutura", diz a ministra Eleonora Menicucci.

Ela explica que a SPM repassa recursos federais aos Estados a cada quatro anos, quando ocorre um acordo mediante a apresentação de projetos. No ciclo atual, apenas três Estados já renovaram suas verbas (Distrito Federal, Paraíba e Pará), recebendo um total de R\$ 29,9 milhões. Os outros estão pendentes.

A pesquisadora da USP Wania Pasinato diz que os investimentos para que a rede seja de fato ampliada e que "a maioria das tentativas têm fracassado".

"Fica difícil transformar esse direito formal em um atendimento concreto sem essas estruturas previstas pela lei".

Para a socióloga, o alto número de assassinatos de mulheres no país é um alerta de que a lei, de fato, não está sendo aplicada como deveria, e que a sociedade brasileira ainda precisa avançar para aceitar o fato de que "bater em mulher" é crime.

"Passamos por muitas transformações e o papel da mulher foi alterado de forma muito radical no país. Temos uma presidente mulher, algo muito simbólico. São mudanças que a nossa cultura machista ainda não conseguiu absorver e que ameaçam os homens com a mentalidade dominadora".